

5 — A Federação declara nada mais ter a receber do IPDJ, I. P., relativamente ao contrato-programa n.º CP/17/DDF/2012, seja a que título for.

Assinado em Lisboa, em 30 de outubro de 2012, em dois exemplares de igual valor.

30 de outubro de 2012. — O Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., *Augusto Fontes Baganha*. — O Vice-Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., *João Manuel Cravina Bibe*. — O Presidente da Federação Portuguesa de Aikido, *Luís Vasconcelos Salgado*. 206505672

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e Direção-Geral da Administração e do Emprego Público

Despacho n.º 14501/2012

Nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho, e no artigo 35.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro (mantido em vigor pelo n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro), é aprovado o programa de provas de conhecimentos específicos a utilizar nos concursos de admissão a estágio para ingresso na categoria de inspetor tributário do nível 1, grau 4, da carreira especial de inspeção tributária, do grupo de pessoal de administração tributária (GAT), do mapa de pessoal da Autoridade Tributária e Aduaneira, constante do anexo do presente despacho, do qual faz parte integrante.

30 de outubro de 2012. — O Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, *Paulo de Faria Lince Nuncio*. — A Diretora-Geral da Administração e do Emprego Público, *Carolina Maria Gomes Ferra*.

ANEXO

Programa de provas de conhecimentos específicos a utilizar nos concursos de admissão a estágio para ingresso na categoria de inspetor tributário do nível 1, grau 4, da carreira de inspeção tributária, do grupo de pessoal de administração tributária (GAT), do mapa de pessoal da Autoridade Tributária e Aduaneira.

I — Área de Economia, Gestão e Contabilidade

A) Contabilidade:

1 — Normalização contabilística — Conceitos e aspetos estruturantes:

1.1 — Âmbito de aplicação;

1.2 — Conceitos e aspetos estruturantes.

2 — Normas contabilísticas e de relato financeiro:

2.1 — Âmbito;

2.2 — Regras de reconhecimento;

2.3 — Mensuração e divulgação.

3 — O novo código de contas e notas de enquadramento:

3.1 — As contas de Balanço;

3.2 — As contas de Resultados.

4 — As demonstrações financeiras:

4.1 — Objetivo das demonstrações financeiras;

4.2 — Características qualitativas da informação financeira;

4.3 — Elementos das demonstrações financeiras;

4.4 — Condições de reconhecimento dos elementos das demonstrações financeiras.

B) Finanças Empresariais e Análise Financeira:

1 — Análise Financeira:

a) Conceitos e documentos da análise financeira;

b) Técnicas de análise financeira;

c) Avaliação do desempenho através do método dos rácios;

d) Análise do equilíbrio financeiro;

e) Análise do ponto crítico e dos graus de alavanca;

f) Análise dos fluxos de caixa;

g) Planeamento financeiro.

2 — Gestão Financeira:

a) Relação Risco — Rendibilidade;

b) Estrutura de Financiamento;

c) Política de Dividendos;

d) Avaliação de Empresas;

e) Opções Reais.

3 — Análise de investimentos em ativos reais:

a) Metodologia da Avaliação de Projetos; ciclo do projeto, estudos de viabilidade, óticas de análise;

b) Critérios de avaliação: determinação do *cash-flow*, custo do capital, alternativas incompletas, racionamento de meios financeiros;

c) Avaliação em condições não determinísticas: incerteza e risco, análises de sensibilidade, opções;

d) Programação, Implementação e Gestão do Projeto de Investimento.

4 — Investimentos e Mercados Financeiros:

a) Os agentes do mercado de capitais;

b) As operações do mercado de capitais: o mercado primário e secundário; à vista e a prazo;

c) A regulação do mercado de capitais;

d) A teoria da gestão de carteiras de ativos financeiros;

e) Modelos de Avaliação de Ativos Financeiros em Equilíbrio;

f) A avaliação do desempenho na gestão de carteiras de ativos financeiros;

g) A eficiência dos Mercados de Capitais.

C) Direito fiscal:

1 — Princípios e enquadramento constitucional do sistema fiscal português:

1.1 — Princípios constitucionais do sistema fiscal;

1.2 — Competência legislativa em matéria fiscal.

2 — Lei geral tributária:

2.1 — A ordem tributária;

2.2 — A relação jurídica tributária;

2.3 — O procedimento tributário;

2.4 — O processo tributário.

3 — Sistema fiscal português:

3.1 — Impostos (IRS, IRC, IMI, IMT, IS e IVA):

3.1.1 — Incidência;

3.1.2 — Determinação da matéria tributável;

3.1.3 — Taxas;

3.1.4 — Liquidação e pagamento;

3.1.5 — Obrigações acessórias;

3.2 — Benefícios fiscais.

II — Área de Informática

1 — Tecnologias de Informação e comunicação:

1.1 — Conceitos de processamento de dados;

1.2 — Componentes de um sistema informático;

1.3 — Tipos de computadores e arquitetura de sistemas;

1.4 — Redes e segurança de sistemas de informação;

1.5 — Sistemas operativos: Unix, Linux, Windows e Z/OS;

1.6 — Sistemas de Informação Empresariais: Sistemas ERP (Enterprise Resource Planning) e CRM (Customer Relationship Management);

1.7 — Sistemas de gestão documental;

1.8 — Conceitos e tecnologias de *e-commerce* e *e-government*.

2 — Metodologias de análise e desenvolvimento de sistemas:

2.1 — Modelos de ciclo de vida de desenvolvimento de sistemas;

2.2 — Análise Estruturada de Sistemas: Diagramas de Fluxos de Dados, técnicas de especificação de processos, Modelo Entidade-Relação (Entity-Relationship Model), normalização de tabelas (primeira, segunda e terceira forma normal);

2.3 — UML (Unified Modeling Language);

2.4 — BPMN (Business Process Modeling Notation);

2.5 — Métodos de desenvolvimento ágil (*Agile development*);

2.6 — Linguagem de programação JAVA;

2.7 — Linguagem XML (Extensible Markup Language).

3 — Bases de Dados:

3.1 — Conceitos de Bases de Dados;

3.2 — Modelos relacional e orientado para objetos;

3.3 — Sistemas de Gestão de Bases de Dados: Oracle e DB2;

3.4 — Linguagem SQL (Structured Query Language).

III — Área de Informação Estatística

- 1 — Estatística descritiva;
- 2 — Distribuições estatísticas;
- 3 — Intervalos de confiança;
- 4 — Testes de hipóteses;
- 5 — Regressão linear simples e múltipla (dados seccionais e temporais);
- 6 — Multicolinearidade;
- 7 — Heteroscedasticidade;
- 8 — Autocorrelação;
- 9 — Regressão com variáveis binárias;
- 10 — Previsão.

206503696

Autoridade Tributária e Aduaneira**Aviso n.º 15049/2012**

Por despacho de 11 de outubro de 2012, da Senhora Subdiretora-Geral, Leonor Carvalho Duarte (por delegação de competências do Senhor Diretor-Geral) da Autoridade Tributária e Aduaneira, e após anuência do Senhor Diretor-Geral do Território, foi autorizada a mobilidade interna na categoria de técnico superior, de Humberto Marcelino Nunes Bettencourt, no mapa de pessoal da Autoridade Tributária e Aduaneira, para exercer funções na Direção de Finanças de Ponta Delgada, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 60.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na redação dada pelo artigo 18.º da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, com efeitos a 1 de janeiro de 2013.

5 de novembro de 2012. — O Chefe de Divisão, em regime de substituição, *Manuel Pinheiro*.

206505891

Despacho n.º 14502/2012

1 — Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 557/99, de 17 de dezembro, são fixadas as áreas de formação adequadas para ingresso nas categorias do grau 4 do grupo de pessoal de administração tributária (GAT), do mapa de pessoal da Autoridade Tributária e Aduaneira.

Área de Direito;
 Área de Economia;
 Área de Gestão;
 Área de Contabilidade e Auditoria;
 Área de Ciências Matemáticas aplicadas à Gestão e Economia;
 Área de Informática;
 Área de Informação Estatística;
 Área de Ciências Matemáticas;
 Área de Finanças;
 Área de Tecnologias de Informação.

2 — No aviso de abertura dos concursos poderão ser definidas quotas de admissão por áreas de formação.

3 — Para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 557/99, de 17 de dezembro, mantém-se em vigor o Despacho n.º 12329/2003, de 28/05/2003 do Diretor-Geral dos Impostos, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 147, de 28/06/2003.

19 de outubro de 2012. — O Diretor-Geral, *José A. de Azevedo Pereira*.

206505534

**MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS
 E DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA**

Gabinetes dos Ministros de Estado e das Finanças
 e da Administração Interna

Despacho n.º 14503/2012

De acordo com o n.º 1 do artigo 20.º-A da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, aditado pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio, podem ocorrer promoções de militares, nomeadamente da Guarda Nacional Republicana (GNR), mediante despacho prévio dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da tutela, desde que justificada a sua necessidade.

Nos termos do disposto no n.º 2 do referido artigo, da concretização das promoções a realizar não pode resultar aumento da despesa com pessoal prevista no Orçamento de Estado para 2012.

O Comando-Geral da GNR apresentou um conjunto de memorandos onde consta a fundamentação que justifica a necessidade de ocorrerem promoções, sem que daí resulte aumento da despesa, no rigoroso cumprimento dos quantitativos que decorrem da aplicação da Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, e demais legislação aplicável.

De acordo com a fundamentação apresentada, considera-se imprescindível garantir o bom funcionamento da instituição através, nomeadamente, da promoção dos seus militares ao posto imediato, possibilitando o provimento dos lugares e cargos constantes da respetiva orgânica por militares com o posto que legalmente lhes corresponde, de acordo com o nível de responsabilidade inerente às funções a exercer, atenta a especial relevância das competências que lhes estão atribuídas, assegurando-se assim a regularidade do seu exercício e o seu eficiente desempenho.

Os efeitos remuneratórios das promoções que neste âmbito vierem a ocorrer, produzem efeitos no dia seguinte à publicação do respetivo documento oficial de promoção.

Assim, determina-se:

1 — São autorizadas as promoções no ano de 2012 de militares da Guarda Nacional Republicana constantes dos memorandos n.ºs 27/2012, 28/2012, 29/2012, 30/2012, 31/2012 e 32/2012, todos do Gabinete do General Comandante-Geral da GNR, e refletidas no quadro em anexo.

2 — As promoções referidas no número anterior devem ocorrer no estrito respeito pelos termos e limites constantes dos referidos memorandos.

3 — As despesas decorrentes das promoções serão integralmente suportadas pelos montantes disponibilizados à Guarda Nacional Republicana pelo Orçamento de Estado para 2012.

4 — O presente despacho produz os seus efeitos a partir do dia da sua publicação.

5 de novembro de 2012. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Vitor Louçã Rabaça Gaspar*. — O Ministro da Administração Interna, *Miguel Bento Martins Costa Macedo e Silva*.

ANEXO**Promoções de Militares da GNR**

Postos	Número
De primeiro-sargento a sargento ajudante	197
De segundo-sargento a primeiro-sargento	151
De cabo chefe a cabo mor	89
De cabo a cabo chefe	351
De guarda ou guarda principal a cabo	896
De guarda a guarda principal	1 431

206510612

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**Secretaria-Geral****Despacho (extrato) n.º 14504/2012**

Por despacho do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de 23 de outubro de 2012, no termos do disposto no n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 71/2009, de 31 de março, foi determinado que o Consulado Honorário de Portugal em Génova tenha jurisdição sobre as regiões da Liguria e da Sardenha.

2 de novembro de 2012. — O Diretor do Departamento Geral de Administração, *José Augusto Duarte*.

206503736

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA**Guarda Nacional Republicana****Comando-Geral****Despacho n.º 14505/2012**

1 — Ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo e do n.º 4 do artigo 23.º da Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana, aprovada pela Lei